

## **Guerra na Era do Terror: conceitos teóricos e metodológicos sobre a guerra**

Marcelo Garcia Bonfim (UEL)

Neste trabalho é abordado o sentido da guerra na Era do Terror com definições sobre o conceito teórico de guerra. Dos vários autores que trabalham o tema, foram utilizados filósofos, historiadores e militares como: Kant, Clausewitz, Keegan e Visacaro. Dos clássicos aos modernos, cada um demonstra uma visão sobre o conceito de guerra.

Immanuel Kant (1724-1804) escreveu a obra intitulada “A Paz Perpétua”, em que expõe a predominância do. A partir desse princípio, afirma que a paz só poderia ser alcançada por meio de uma Liga das Repúblicas, pois “a razão [...] condena absolutamente a guerra como procedimento de direito e torna, ao contrário, o estado de paz um dever imediato, que, porém, não pode ser instituído ou assegurado sem um contrato dos povos entre si” (KANT, 1989, p. 40-41).

Para Kant, os tratados de paz não resolvem as causas para a deflagração de novas guerras. Provavelmente, se os diplomatas que forçaram a Alemanha a assinar o Tratado de 1919 após a Grande Guerra retomassem o pensamento de Kant, reconheceriam isso. Somente a formação da Liga das Nações, mostrou-se insuficiente para manter a paz ainda mais com reparações de guerra que debilitavam a economia alemã, posteriormente favorecendo a radicalismos políticos tanto de esquerda como de direita. O filósofo de Königsberg, da extinta Prússia Oriental, defendia “uma liga de tipo especial, que se pode denominar liga de paz [...] que deveria ser distinta do tratado de paz em que este simplesmente procura pôr fim a uma guerra, aquela, porém, a todas as guerras para sempre” (KANT, 1989, p.41).

Em princípio, Estados tem direitos de autonomia e soberania sobre o seu território, de modo que a força de um Estado não se apropriasse de outro. Kant via a guerra como custosa e desnecessária, de modo que os exércitos deveriam desaparecer com o tempo. Mas, para garantir a paz, seria necessário fundar

instituições jurídicas sólidas capazes de solucionar problemas nas relações internacionais. Outro requisito para manter a paz, seria pela formação de Repúblicas com democracias liberais. Afinal, segundo Kant, caso os cidadãos pudessem decidir seu próprio destino, descartariam a guerra em função dos sacrifícios físicos e mentais exigidos deles mesmos.

Kant entendia que, como a paz não faz parte do estado natural do homem deve, portanto, ser instituída. Para consolidá-la, os governantes deveriam elaborar uma Constituição Cosmopolita a ser respeitado por todos signatários e quando necessário, consultar os filósofos sobre eventuais conflitos. Entretanto, por mais que as ideias de Kant (1989) estivessem contidas na intenção na Liga das Nações pós-1919, desde então, guerras civis e internacionais, não só na Europa como fora dela, foram contínuas. (FERGURSON, 2007).

Os Estados Unidos, principal agressor da contemporaneidade, em nome de ideais democráticos e liberais, buscam impô-los às demais nações, com pouco conhecimento sobre sua história. Durante a 2ª. Guerra Mundial, a entrada dos EUA foi justificada como luta contra governos fascistas, mas em aliança com o autoritarismo stalinista. Durante a Guerra Fria, o comunismo disputava pela influência sobre as nações que lutavam contra as metrópoles, em processo de descolonização. Em tese, as guerras empreendidas pelos EUA após 1990 justificavam-se no princípio da libertação de povos sob jugos despóticos. No Oriente Médio, a intervenção era mascarada como legítima mediante “operações libertadoras” como a *Operation Enduring Freedom* (2001) realizada no Afeganistão, e *Operation Iraq Freedom* (2003), uma intervenção não autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU. (JOHNSON, 2007). Portanto, só essas deflagrações belicosas já demonstram o quanto o idealismo de Kant em defesa da paz está longe de ser alcançado na conjuntura atual.

Carl Von Clausewitz (1780-1831) elaborou a obra “Da Guerra” que foi escrito, majoritariamente, após as guerras napoleônicas (1816-1830), e publicado, postumamente em 1832. Para Clausewitz (1979) o objetivo da guerra é obrigar o outro a submeter-se à sua vontade e, para tanto, recorrer a emprego da violência.

Dessa forma, as operações militares buscam desarmar o inimigo, pois somente nessa situação, o subjungado acata a vontade do agressor. Nessa perspectiva, ele afirma que:

A guerra nada mais é que um duelo a uma mais vasta escala. Se quisermos reunir num só conceito os inúmeros duelos particulares de que a guerra se compõe, faríamos bem em pensar na imagem de dois lutadores. Cada um tenta, por meio da sua força física, submeter o outro à sua vontade; o seu objectivo imediato é o de abater o adversário a fim de o tornar incapaz de toda e qualquer resistência. A guerra é pois um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade. (1979, p.73)

A brutalidade faz parte da ação bélica entre Estados. Ao analisar o pensamento do oficial prussiano, notamos a necessidade de deixar o inimigo em completa desvantagem para impor a vontade do mais forte. Essa lógica esteve presente durante e após a Primeira Guerra Mundial, quando o Reino Unido manteve o bloqueio naval até que a Alemanha aceitasse o tratado de Versalhes imposto pelos vencedores. Além de perder parte de seu território, teve regiões carboníferas ocupadas (o Sarro e a margem ocidental do Rio Reno) e foi a única responsável Tríplice Aliança a pagar pesadíssimas reparações de guerra.

Clausewitz (1979) criticou o pensamento idealista que negava a necessidade da guerra. Afirmava que não era possível que os Estados, somente por modelos teóricos e debates diplomáticos, pudessem evitar o conflito bélico ou até mesmo eliminar a existência do Exército:

Por aqui se vê quanto estaríamos longe da verdade se reduzíssemos a guerra entre os povos civilizados a um acto puramente racional dos governos, que nos parecia cada vez mais isento toda e qualquer paixão, de tal modo que, afinal de contas, o peso físico das forças armadas já nem seria necessário e que bastariam relações teóricas entre elas – uma espécie de álgebra da acção. (CLAUSEWITZ, 1979, p.74)

A guerra seria necessária, pois atende não a vontades individuais, mas a necessidades políticas cujos objetivos determinam o resultado de uma guerra. Nesse pensamento, Clausewitz (1979) afirmava que a guerra é nada mais do que a continuação da política, e que, uma vez iniciado o conflito bélico não há limites para o uso violência que só acaba com o cumprimento do objetivo político. Os generais das guerras mundiais buscaram aplicar os conceitos de guerra expostos pelo oficial prussiano e a crença da guerra curta foi uma delas, como afirma Clausewitz:

Quanto maiores forem as tensões que deram origem à guerra, tanto maior será, por consequência, a energia com que ela é conduzida e tanto mais breves serão esses períodos; quanto mais fraco for o princípio bélico, tanto maiores serão esses períodos. (1979, p.84)

Os altos comandos militares, que quase destruíram a Europa na Primeira Guerra Mundial, consideravam que a guerra seria curta, pois acreditavam que as forças envolvidas e a motivação do conflito seriam responsáveis pelo seu término rápido. Contudo, o que se vivenciou foi uma guerra lenta e agonizante deixando milhões de corpos no campo de batalhas. Concluindo seu pensamento, Clausewitz afirma que:

A guerra, portanto, não é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também, como fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, primeiro que tudo, a violência original do seu elemento, o ódio e a animosidade, que é preciso considerar como um cego impulso natural, depois, o jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dela uma livre actividade da alma, e, finalmente, a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura. (1979, p.89)

Assim, a teoria da guerra deveria, segundo o oficial prussiano, analisar as paixões do povo, buscando justificar motivações de porque lutar; os militares e os usos de suas estratégias no campo de batalha; os governos, para compreender o objetivo político na ação bélica empregada.

No pensamento clássico sobre a guerra, se tem duas vertentes de pensamento predominante, a idealista de Kant e a realista de Clausewitz. Na época contemporânea essas vertentes de pensamento influenciam estudiosos do tema ao trabalhar um conceito para a guerra. Assim, um dos maiores críticos do pensamento de Clausewitz foi John Keegan (1934-2012).

Keegan (1995, 2006) estudou a guerra sob o ponto de vista cultural, analisando a herança tribal presente nas relações militares. Esse olhar sobre a guerra supera as análises que existiam até então que tinham um maior enfoque nas questões econômicas, políticas e diplomáticas. Sua contribuição acerca da teoria sobre a guerra é pensá-la como fenômeno antropológico, anterior a formação do Estado, algo impensável segundo os autores demonstrados até então. A guerra seria a expressão da cultura, presentes de diferentes formas nos vários povos existentes no planeta. A crítica que faz em relação ao pensamento de Clausewitz é justamente por esse não considerar a cultura em sua análise sobre a guerra.

Keegan (1995) apresenta três exemplos, dos quais a cultura tem predomínio sobre a política no modo de se guerrear. O primeiro exemplo são os Polinésios, um povo sem escrita e que conquistou vários territórios localizados no arquipélago da Polinésia, com várias ilhas numa extensão territorial de cerca de 298.000 Km<sup>2</sup>.

Os Polinésios chegaram à Ilha de Páscoa no século XII, após navegarem uma extensão de 1700 Km. Durante a ocupação, construíram cinco estátuas de homens gigantes, feitos de madeira o que ocasionou a destruição da floresta na ilha. Como consequência climática, a redução de chuvas que prejudicou a produção agrícola. A crise decorrente da falta de alimentos resultou no surgimento de dois grupos que lutavam para chegar ao poder. A degeneração da comunidade insular levou à formulação de nova religião que concedia o poder aquele que, anualmente, achasse primeiro ano aquele que um ovo da andorinha-fusca-do-mar.

A disputa por liderança levou os polinésios ao conflito entre facções. Os ilhéus conheceram táticas de defesas, fizeram fortificações, tudo aquilo que estava presente na teoria clausewitziana. No entanto, ali se realizou uma guerra pela sobrevivência, pois Keegan afirma que: “A política [...] é praticada para servir à

cultura e os polinésios, em seu amplo mundo, tinham criado a cultura mais benéfica que se conhecia.” (1995, p.44).

Viajantes europeus vieram a ter contado com a ilha no século XVIII, muitos desses ao observar a beleza do lugar e o povo que habitava chegaram a afirmar que ali era o Jardim do Éden. A guerra na Ilha de Páscoa tinha um sentido cultural como a luta pelo domínio da ilha por um ano, mas levou à destruição dos que habitavam a ilha.

O segundo exemplo é do povo zulu, situado no sul da África, que levava a princípio uma vida tranquila e pastoril. Seu modo de guerra era ritualizado, pois o objetivo da batalha não era a matança, mas o deslocamento. Keegan afirma que:

As batalhas tendiam a ser ritualizadas, conduzidas sob o olhar de jovens e velhos, começando com uma troca de insultos e terminando quando se provocassem baixas. Havia limites naturais e costumeiros ao nível de violência: tendo em vista que os metais eram escassos, as armas eram feitas de madeira endurecida no fogo, atirada em vez de usada no corpo-a-corpo; e, se um guerreiro matasse um oponente, estava obrigado a deixar imediatamente o campo de batalha e submeter-se à purificação, caso o contrário o espírito da vítima iria certamente trazer uma doença fatal para ele e sua família. (1995, p.46).

A mudança na forma de guerrear do povo zulu ocorreu no século XIX. Shaka exercia papel de liderança sobre o povo, militarizando a sociedade. Formou regimentos por idade, e expandiu a sua área de controle, iniciando uma fase Imperialista do povo zulu. Na guerra realizavam um ataque em massa com lanças de estocar, estratégia essa que impossibilitou a adaptação do uso de armas de fogo. O líder zulu, ao dominar um povoamento, matava as mulheres e crianças enquanto os sobreviventes do sexo masculino eram incorporados ao exército. Isso provocou Difaqane (migração forçada) de povos da região. A política expansionista do povo zulu provocou a sua decadência no século XIX, somada ao domínio britânico dessa região da África.

A arma de fogo chegou ao Japão em 1575 trazido por Oba Nobunaga. Os samurais recusaram-nas, buscando preservar seu modo de guerrear. Fecharam o Japão ao mundo exterior por mais de 250 anos para manutenção de sua cultura e existência. No século XVII era raro encontrar uma arma de fogo, pois segundo Keegan:

[...] apesar de toda a sua singularidade, seu sucesso evidencia que a lógica política não precisa dominar a guerra e que, ao contrário, as formas culturais, quando encontram defensores fortes, podem prevalecer sobre as tentações mais insistentes de escolher expedientes técnicos como meio de alcançar a vitória, em particular quando o preço da vitória é derrubar os valores antigos e acalentados. (1995, p.59)

O controle das armas no Japão aconteceu devido à tradição cultural nipônica e à geografia do território, um grande arquipélago. A restrição do uso da pólvora deu-se porque qualquer um poderia agredir um nobre. Em 1587 foi instaurado um decreto que permitia o uso de qualquer arma somente para os samurais. O uso da pólvora era irreconciliável com o *ethos* dos samurais.

Esses exemplos apresentados por Keegan (1995) demonstram que a guerra não é a continuação da política como pensava o oficial prussiano do século XIX. Pelo contrário, a guerra é um elemento da cultura de um povo, e esta determina o modo e o porquê guerrear.

No pós-1945, pairava a crença de que as armas nucleares tinham juntado a guerra real com a verdadeira o que garantiria a paz cuja falsa sensação foi causada pelo temor dos países do uso e posse de tais armas.

Desde então, a guerra tem se tornado cada vez mais impopular, principalmente devido ao seu caráter altamente destrutivo e custoso. Na guerra do Vietnã (1955-1975), a própria população do país agressor manifestou-se contrária ao conflito bélico. Mesmo nas guerras pós-11 de setembro de 2001, apesar de apoio inicial a guerra preventiva, há setores contrários a manutenção dos conflitos no Afeganistão (2001) e Iraque (2003).

Na sociedade estadunidense o fracasso na Guerra do Vietnã levou à reestruturação do Exército com o fim do princípio de sociedade militarizada e, portanto, do serviço militar obrigatório. Até então, os cidadãos masculinos portavam documento militar informando, caso fosse convocado, o local de apresentação. O modelo seguido pelo Exército estadunidense é semelhante ao sistema britânico instaurado pós-1945 em que o soldado é um profissional que optou por lutar pelo seu país. Como método de incentivo à convocação, países que adotaram esse sistema oferecem vantagens, como facilidades em financiamentos, cursos superiores gratuitos; e *Green Card*, para imigrantes dos Estados Unidos.

Desde o fim da Segunda Guerra o mundo enfrentou mais de oitenta guerras irregulares, tais práticas tem desafiado o Estado como agente com monopólio da violência. Nesse sentido, Alessandro Visacro (2009) contribui para as definições sobre guerra irregular, pois segundo ele a “guerra do século XXI tem assumido uma feição de combate irregular” (p. 8).

A guerra irregular tornou-se uma alternativa de luta dos povos, as forças irregulares são aquelas que não dispõem de uma organização militar formal. Os ataques de 11 de setembro de 2001 foram baseados nesse molde. Questões políticas, econômicas, histórica e cultural da região em que se realiza o conflito definem a guerra irregular. A ação coletiva, necessária para esse tipo de guerra, dá-se sob três aspectos:

A propensão estrutural, ou seja, a existência de condições sociais favoráveis ao desenvolvimento de movimentos coletivos (contestatórios), de canais que objetivamente permitam a um ator social (não estatal) movimentar-se e organizar formas de protesto ou de alternativa de poder; tensão estrutural, que produz as condições prévias para a manifestação de contradições econômicas, sociais e culturais em que se inscrevem os movimentos coletivos; difusão de crenças generalizadas, ou seja, de um mundo de símbolos que dão força e sentido ao repertório de ações concretas (VISACRO, 2009, p.227).

As forças irregulares necessitam do apoio popular para serem mantidas e, para isto tentam cooptar a população de maneira direta e indireta. A ação direta se dá pela difusão de uma doutrina ideológica, ataques a objetivos psicológicos e a assistência a população local onde se estabelecem as organizações de forças irregulares. Já a forma indireta acontece pelo uso de ação violenta que leva ao Estado a realizar represálias violentas indiscriminadas.

As operações da guerra irregular são: guerra de guerrilhas, terrorismo, subversão, sabotagem, operações de fuga e evasão (VISACRO 2009, p.257). Os combatentes irregulares possuem liberdade criativa para agir, diferente de forças irregulares que necessita de ordens superiores, pois está baseada num rígido controle hierárquico do poder decisório.

As forças irregulares atuam em quatro fases: preparação (subversão e treinamento); combate subterrâneo (propaganda armada, e realização de operações de sequestro, terrorismo, emboscadas, assassinatos, sequestros e sabotagem); transição para o combate aberto (unidades de guerrilhas); combate aberto (conflito armado não internacional) (VISACRO, 2009, p. 259).

O terrorismo é um mais um elemento da guerra irregular, e não o único. Sua origem é muito anterior ao Terror de Estado durante a Revolução jacobina, realizada pelo Tribunal Revolucionário de Paris. As práticas terroristas se expandiram por todo o mundo depois da Segunda Guerra Mundial, em países de Terceiro Mundo, sob as mais variadas vertentes, como os movimentos nacionalistas, revolucionários marxista, e grupos reacionários de extrema direita. Nos anos de 1970 inaugurou-se o terrorismo religioso, com a Revolução Iraniana (1979).

Visacro (2009) apresenta três definições sobre Terrorismo começando pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos: “violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, normalmente com a intenção de influenciar uma audiência” (2009, p.282) como o Reino Unido cujo governo faz:

o uso da força ou sua ameaça com o objetivo de fazer avançar uma causa ou ação política, religiosa ou ideológica que envolva violência séria contra qualquer pessoa ou propriedade, coloque em risco a vida de qualquer pessoa ou crie risco sério para a saúde e segurança do povo ou de uma parcela do povo (2009, p.282).

Ele encerra com indicação nacional da Agência Brasileira de Inteligência: “ato premeditado, ou sua ameaça, por motivação política e/ou ideológica, visando atingir, influenciar ou coagir o Estado e/ou a sociedade, com emprego de violência” (2009, p.282).

Dessa forma, o objetivo final do terrorismo é incutir o medo no público e cujo seu êxito depende do grau de guerra psicológica. Assim, por mais que os alvos tendam a ser civis, busca-se a reação por parte do Estado que o desestabilize, restringindo liberdades individuais e vigiando cada vez mais a população civil. Após atentados de 11 de setembro de 2001, Estados de todo mundo investiram cada vez mais recursos em sistemas de vigilâncias e restringiram as liberdades individuais, além de causar um pânico no Ocidente com aumento da sensação de insegurança.

Vários são os elementos do terrorismo. O agente perpetrador, que faz uso ilegítimo da violência, podem ser polícias políticas, ou grupos de extermínio na clandestinidade, que realizam atos ilegais e de subversão. A violência real, devido ao seu uso irrestrito no cotidiano do sujeito. O alvo primário, ligado ao público que deve ser atingido. A publicidade, pois os grupos terroristas necessitam da mídia para fazer a relação entre o seu alvo e o público. Em decorrência, o público-alvo, que visa a alterar o comportamento do grupo escolhido para ser atacado. Finalmente, a meta psicológica pela mensagem transmitida pelo ataque.

As células terroristas são autossuficientes e precisam de poucos recursos para sobreviver e atuar pela causa. Para sobrevivência da célula é essencial que seus membros não conhecem todos os integrantes da organização, geralmente os mais próximos da hierarquia acima e de baixo; o número de pessoas que um membro conhece nunca é superior a dez.

A mídia foi uma grande divulgadora dos atentados de 11 de setembro de 2001 no mundo inteiro. Os membros da Al-Qaeda que o realizaram cronometraram o tempo de cada ataque, de forma que o segundo avião que atingiu a torre do World Trade Center foi transmitido ao vivo. A partir de então, os Estados Unidos não foram mais o mesmo. O governo de George Walker Bush (2001-2009) iniciou a Guerra ao Terror, com alvos imediatos: o Afeganistão (2001) e o Iraque (2003).

Há autores que defendem que a invasão do Iraque ocorreu por causa do petróleo, já outros, como Visacro (2009), afirmam que a intenção não foi econômica, mas sim política. Segundo esse autor, a intenção dos Estados Unidos era redefinir a geopolítica da região, de forma a reduzir os governos contrários às ordens de Washington. Os alvos, além do Iraque e Afeganistão, seriam os governos de Teerã, capital do Irã e Damasco, da Síria. Contudo, as guerras no Afeganistão e Iraque acabaram fortalecendo a posição do Irã na região, como símbolo de resistência a anglo-americanização imposta pelos Estados Unidos nos Estados Árabes, como no caso da Arábia Saudita. O avanço sob a Síria não ocorreu devido à divisão do Iraque no pós-guerra, em xiitas, sunitas, jihadista, e curdos.

Portanto, busquei demonstrar algumas possibilidades para compreender a guerra do início do século XXI recorrendo a autores que trabalham sobre o tema, desde os clássicos como o idealismo de Kant e o realismo de Clausewitz, até perspectivas mais contemporâneas como a perspectiva cultural presente em Keegan e a análise das forças irregulares presente em Visacro.

Após breve análise desses autores, considero que os conflitos bélicos iniciados no início do século XXI têm um caráter diferenciado do que vinha ocorrendo desde então. Diante do fim da Guerra Fria (1946-1991), a suposta vitória e a supremacia dos Estados Unidos viabilizou sua maior intervenção em áreas, até então sob influência soviética, tendo aumentado americanização do Oriente. Isso deflagrou uma onda anti-estadunidense na região, com a formação de grupos fundamentalistas religiosos que viram na guerra irregular a única forma de reagir à supremacia bélica dos Estados Unidos, alterando assim, a forma dos Estados se defenderem e atacarem seus inimigos.

## Referências Bibliográficas

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

FERGURSON, Niall. **A lógica do dinheiro: riqueza e poder no mundo moderno (1700-2000)**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

JOHNSON, Chalmers. **As Aflições do Império: militarismo, operações secretas e o fim da república**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KEEGAN, John. **Uma história da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Inteligência na guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: BIBLIEX Ed. 2005.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.